

Não se pode esquecer que as políticas econômicas que afetavam a dinâmica da produção do algodão maranhense na sua fase de maior crescimento econômico (1760-1820) eram estabelecidas em Portugal e, apesar de essa atividade ter moldado a sociedade e a economia da época em terras maranhenses, elas não foram planejadas com o intuito de enriquecer o Brasil, mas, sim, a coroa portuguesa.

Quanto ao aspecto agrônomo, o solo maranhense apresentava queda da fertilidade natural com rapidez, devido ao manejo não apropriado às condições ecológicas dos trópicos úmidos, o que obrigava a busca de novas fronteiras agrícolas. As plantações de algodão eram transferidas a cada três anos para novas áreas de mata (REZENDE, 2000).

Com a independência do Brasil em 1822, a acumulação do capital também passa a ocorrer com a burguesia nacional através da nova elite econômica: os grandes comerciantes e proprietários de terras. O Estado brasileiro alterou o imposto de importação, que desde 1828 vigorava em 15%, para atender as exportações inglesas, majorando-o em 1844 pela tarifa Alves Branco para índices entre 30% e 60%; para os tecidos ficou em 50%; e a importação de máquinas foi desonerada (LIMA, 1970).

Por que a economia algodoeira maranhense não se beneficiou com essas medidas? Um dos problemas estava no custo do escravo; seu pagamento era estabelecido com total adiantamento, como capital fixo, no qual a lucratividade dar-se-ia por toda a "vida útil" do trabalhador, ou cessaria com a sua "morte prematura" (CARDOSO, 1962). A escravidão bloqueava uma maior divisão técnica do trabalho, quanto à especialização do trabalhador. Havia o custo com a vigilância dos escravos. Não bastassem essas diferenças na industrialização, a produção do algodão maranhense enfrentava problemas de ordem agrônoma, ou seja, menor produtividade quando comparada a dos EUA. Finalmente, a burguesia maranhense mantinha-se alinhada ao pensamento e às práticas mercantilistas "herdadas" da sua congênera portuguesa.

A partir de 1846, a expansão da cultura do algodão deu-se a custos crescentes. Um dos aspectos

importantes desse sistema de produção, a importação de escravos, começara a se tornar economicamente inviável. Com a expansão cafeeira no Sudeste brasileiro, o tráfico interno dessa força de trabalho passou a ser utilizado pela economia agroexportadora do café. Essa condição incentivou os mercantilistas maranhenses a participarem desse novo negócio mais lucrativo, tendo em vista que a economia algodoeira estava em decadência em virtude de não ter competitividade no mercado internacional (CARVALHO, 1982).

As elites políticas e econômicas promoveram a emigração e a colonização através da criação de um caixa especial para financiá-la; instituíram um regulamento para reger a vida nas colônias e mencionados critérios de seletividade de colonos. Em 1853, ocorreu a implantação de seis colônias com 887 imigrantes, sendo 847 portugueses e 40 chineses; dessas, quatro colônias não prosperaram. A conclusão a que chegaram os seus promotores foi que a província não estava em condições financeiras de estabelecer a colonização, não tendo condições de competir com a economia cafeeira em expansão no Sudeste do Brasil, e também com os EUA, a Austrália e a Argentina (ALMEIDA, 1983).

Outro aspecto que contribuiu para esse processo de decadência da *plantation* agroexportadora do Maranhão foi o relacionado com o escoamento da produção, que utilizava o transporte fluvial nos grandes rios - Itaipicuri, Mearim, Pindaré - que cortam o Estado e deságuam no golfo maranhense, em São Luís. À medida que a fronteira agrícola se distanciava das margens desses rios, eram maiores as dificuldades operacionais e os custos para o deslocamento da produção. Por fim, a cotonicultura maranhense sofreu com a conseqüência do extrativismo da borracha amazônica que contribuiu para disputar a pouca força de trabalho ainda disponível no Maranhão.

À luz da teoria econômica, esse processo vivenciado pela cotonicultura maranhense deve ser entendido pelo investimento e fluxo de renda, quando comparados às funções dessas variáveis em uma economia que se industrializava, como a paulista.